
Citação bibliográfica: Montenegro, M. (2022). Empobrecimento, heterogeneidade e insurgências: transformações em curso no circuito inferior da economia urbana nas cidades brasileiras. *Ikara. Revista de Geografias Iberoamericanas*, (2). <https://doi.org/10.18239/Ikara.3154>

Empobrecimento, heterogeneidade e insurgências: transformações em curso no circuito inferior da economia urbana nas cidades brasileiras

María Montenegro *¹ 

Resumo: Nos últimos anos, a pobreza e a fome voltaram a aumentar no território brasileiro. Se, em um momento anterior à pandemia da Covid-19, o crescimento da população em situação de pobreza e miséria já se apresentava, atualmente essas tendências se aprofundam no país. Em metrópoles empobrecidas, redefinem-se, hoje, contornos e extensões do circuito inferior da economia urbana, assim como suas relações com um circuito superior hegemônico global, concretizadas no cotidiano de grande parte dos trabalhadores urbanos. Condição para participação na divisão social e territorial do trabalho contemporânea, a necessidade de adaptação e enquadramento às modernizações recentes se impõe crescentemente ao circuito inferior, o qual se encontra, ao mesmo passo, cada vez mais empobrecido. No bojo desse processo, contra-racionalidades podem emergir do agravamento das contradições características da pobreza estrutural, corporificadas nas estratégias cotidianas de sobrevivência entre a população pobre nas cidades brasileiras.

Palavras chave: pobreza; divisão social do trabalho; globalização; técnica.

Empobrecimiento, heterogeneidad e insurgencias: transformaciones en curso en el circuito inferior de la economía urbana en las ciudades brasileñas

Resumen: En los últimos años, la pobreza y el hambre volvieron a aumentar en territorio brasileño. Si en un momento anterior a la pandemia de la Covid-19 ya se presentaba el crecimiento de la población en pobreza y miseria, en la actualidad estas tendencias se profundizan en el país. En las metrópolis empobrecidas, se redefinen hoy los contornos y extensiones del circuito inferior de la economía urbana, así como sus relaciones con un circuito superior hegemónico global, materializado en la vida cotidiana de la mayoría de los trabajadores urbanos. Condición para la participación en la división social y territorial del trabajo contemporáneo, la necesidad de adaptarse a las modernizaciones recientes se impone cada vez más al circuito inferior, que está, al mismo tiempo, cada vez más empobrecido. En medio de este proceso, pueden emerger contra racionalidades a partir de la agravación de las contradicciones propias de la pobreza estructural, encarnadas en las estrategias cotidianas de supervivencia de la población pobre de las ciudades brasileñas.

Palabras clave: pobreza; división social del trabajo; globalización; técnica.

Impoverishment, heterogeneity and insurgencies: transformations in the lower circuit of the urban economy in Brazilian cities

Abstract: In recent years, poverty and hunger have increased again in Brazil. If, at a time before the Covid-19 pandemic, the growth of the population living in poverty and extreme poverty was already a reality, these trends are currently deepening in the country. In impoverished metropolises, today, contours

¹ Universidade de São Paulo (Brasil). * Autor/a para la correspondencia: montenegromarina@hotmail.com

and extensions of the lower circuit of the urban economy are redefined, as well as its relations with a global hegemonic superior circuit, realized in the daily lives of most urban workers. As a condition for participation in the contemporary social and territorial division of labour, the need for adaptation and framing to recent modernizations is increasingly imposed on the lower circuit, which is, at the same time, increasingly impoverished. In the middle of this process, counter-rationalities can emerge from the worsening contradictions characteristic of structural poverty, embodied in the daily strategies of survival among the poor population in Brazilian cities.

Key words: poverty; social division of labor; globalization; technique.



1. INTRODUÇÃO

Destino inicial das modernizações que chegam ao território, as metrópoles brasileiras concentram contradições socioespaciais reveladoras dos nexos do período da globalização. Sede da coexistência de divisões sociais e territoriais do trabalho, essas aglomerações urbanas combinam atualmente o avanço da modernização, o adensamento e o empobrecimento de parcela expressiva de sua população, redundando, portanto, na expansão potencial do circuito inferior da economia, ou seja, da divisão social e territorial do trabalho da economia da pobreza. Conforme proposto por Santos (1975), as divisões do trabalho coexistentes nas cidades podem ser compreendidas como circuitos da economia urbana que se definem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização assumidos pelas atividades. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior, ou ainda, de toda uma economia da pobreza.

A análise das atuais dinâmicas dos circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras implica, em um primeiro momento, a compreensão da conjuntura mais recente de transformações relativas à pobreza e ao trabalho no país. Nessa direção, cabe destacar que durante os anos 2000, uma série de fatores contribuiu, em conjunto, para a redução da pobreza e a expansão do consumo entre os pobres no Brasil (Neri, 2011; Pochmann, 2012). A capilarização de políticas públicas federais de transferência de renda pelo território, uma menor variação na estrutura de preços, o reajuste do valor do salário-mínimo, o aumento da renda do trabalho, a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a maior oferta de crédito, contribuíram, com efeito, para a melhoria relativa das condições de vida da população pobre não só em áreas rurais, mas também em espaços urbanos e metropolitanos. Desde o início da década de 2010, registraram-se, contudo, transformações profundas na conjuntura econômica e social brasileira e, logo, um certo esgotamento deste ciclo iniciado nos anos anteriores. O desaquecimento do mercado de trabalho, o aumento do desemprego, a desvalorização do salário-mínimo, a retração do consumo combinada ao crescimento do endividamento, a volta da inflação e a estagnação do processo de redução da pobreza no país vêm transformando, dessa forma, as dinâmicas urbanas e a economia popular.

2. A RETOMADA DO CRESCIMENTO DA POBREZA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A retomada do crescimento da pobreza e da desigualdade no território brasileiro é, certamente, anterior ao início da pandemia, cujos efeitos agravaram ainda mais a conjuntura nacional. Entre 2016 e 2017, dois milhões de brasileiros se somaram aqueles em situação de pobreza, totalizando 54,8 milhões de pessoas, ou ainda, 26,5 % da população brasileira cuja renda não ultrapassava a linha de pobreza de R\$ 406,00 ainda em 2019, de acordo com os critérios adotados pelo Banco Mundial. Nesse período, verificou-se, também um aumento da extrema pobreza, visto que cerca de 1,7 milhão de brasileiros se somaram a esse contingente, alcançando 7,4 % da população em 2018 (IBGE, 2018). Regionalmente concentrada no Nordeste do país – onde 44,8 % dos 57 milhões de habitantes estão abaixo da linha de pobreza – a pobreza no país segue tornando-se cada vez mais urbana e metropolitana e, ao mesmo passo, menos rural (Rocha, 2013). A retomada do aumento da fome em um momento ainda anterior à pandemia

representa outro indicador revelador do grau de precariedade e necessidade entre a população brasileira. Estimativas do IBGE apontam que em 2013, aproximadamente 79 % da população urbana encontrava-se em segurança alimentar, enquanto em 2018 esse índice não alcançava 65 % dos habitantes das cidades brasileiras. Já entre a população rural, a proporção de famílias em domicílios em situação de segurança alimentar caiu de 64,7 % para 53,6 %, no mesmo período (IBGE, 2020).

A chegada da pandemia da Covid-19 ao território brasileiro, no princípio de 2020, agravada pela condução político-econômica federal no país, produziu efeitos devastadores sobre este grave quadro de crise social e econômica. Os impactos sobre a população e o mercado de trabalho desencadearam um processo conjunto de aumento do desemprego, redução da renda, desestruturação de pequenas atividades e fechamento de empresas sem precedentes no país. Nesse cenário, os benefícios do programa federal de transferência de renda “Auxílio Emergencial” – cuja média alcançou R\$ 600 mensais no primeiro semestre de 2020 – a cerca de 65,9 milhões de pessoas no país teria evitado, segundo pesquisas recentes (Barbosa e Prates, 2020), a entrada de mais 23,5 milhões de brasileiros para a pobreza ainda em 2020. Voltado inicialmente aos trabalhadores informais, os efeitos paliativos do auxílio se diluíram com a redução do valor transferido e de sua abrangência, à qual se somou ainda o aumento da inflação, acumulada em mais de 47% desde 2015 e superior a 10,06 % apenas em 2021. Diante da reconfiguração recente do programa de transferência de renda e do agravamento da situação econômica do país, o Brasil abriga atualmente cerca de 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza (Made-USP, 2020) e, segundo a FGV Social, 27,4 milhões na pobreza extrema (cuja renda domiciliar per capita é inferior a R\$ 261). A magnitude desse contingente aponta, entre outros, para a efemeridade dos resultados do auxílio federal e para a intensidade dos impactos a longo prazo da pandemia sobre a pobreza e a desigualdade.

Segundo Antunes (2020), a pandemia tende a aprofundar ainda mais o processo de miserabilidade no país, intensificando as formas de precarização e subemprego. Se em um momento anterior à pandemia, o desemprego já atingia cerca de 12 % da população economicamente ativa no país (IBGE, 2019), com a pandemia chegou a alcançar 14,7 % em 2021. Dados oficiais avaliam que aproximadamente 14 milhões de pessoas encontrem-se, atualmente, desempregadas e que 5,4 milhões estejam desalentadas, ou seja, tenham desistido de procurar emprego. Estima-se, porém, que o desemprego e o subemprego assumam, na realidade, dimensões muito maiores. Inseridas nesse contexto de empobrecimento, as formas de trabalho desenvolvidas pela população de baixa renda tendem a se redefinir, combinando o avanço da precarização e o alargamento do circuito inferior da economia urbana, como veremos a seguir. A crescente distância entre o salário-mínimo nominal –estimado em R\$ 1212,00 em fevereiro de 2022– e o salário-mínimo necessário no país –R\$ 6012,18– explicita igualmente a desvalorização da remuneração do trabalho no período (DIEESE, 2022). Desde 2014, o país registra, com efeito, uma queda do rendimento domiciliar real per capita do trabalho entre a metade mais pobre da população do Brasil, o qual recuou de R\$ 249 mensais naquele ano para R\$ 172 em 2021 (FGV Social).

O agravamento da fome desde o início da pandemia revela o grau de deterioração das condições de vida entre a população de baixa renda no país. Em 2020, estima-se que 55,2 % da população brasileira se encontrasse em situação de insegurança alimentar, índice que chegava a 85,3 % entre os mais pobres (Rede Penssan, 2022). A insegurança alimentar se define pela falta de acesso pleno e permanente aos alimentos, assim como pela substituição de alimentos ricos e mais nutritivos por aqueles mais baratos, que tendem a não suprir as necessidades nutricionais. O consumo de carne bovina vem sendo, assim, substituído em grande medida por macarrões instantâneos e até mesmo por peles e cortes de frango antes descartados, como pés de galinha e miúdos, por parcela importante da população². Tendo em vista o impacto da inflação sobre o preço dos alimentos, o aumento do valor da cesta básica tende justamente a

² Folha de São Paulo (2021, 5 de outubro). *Consumo de pé de galinha em alta e outros 5 dados que revelam retrato da fome no Brasil*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/>

pesar mais entre as famílias de baixa renda. No início de 2019, o valor da cesta básica equivalia a 71% do salário-mínimo, chegando a 98 % em meados de 2021. Ao longo desse mesmo período, o salário-mínimo aumentou 10,2 %, enquanto os produtos da cesta aumentaram 52 % (DIEESE, 2021).

A própria materialidade do espaço urbano corporifica o aumento da pobreza e, por conseguinte, a expansão recente do circuito inferior. Um dos registros mais fiéis de sua presença nas metrópoles brasileiras reside, com efeito, na diversidade e na desvalorização de certas parcelas do meio construído (Oliveira, 2009). Conforme coloca Silveira (2013), a condição oligopolista da cidade é um processo que não se completa, uma vez que há interstícios –na divisão das tarefas e no meio construído– que não interessam ao circuito superior. E são justamente estas fissuras do tecido urbano e da divisão social do trabalho que sustentam a presença e a ampliação do circuito inferior. Nessa direção, a multiplicação dos chamados “aglomerados subnormais”³ –como favelas, “comunidades”, ocupações e palafitas– nas cidades brasileiras coincide com o processo de retomada do aumento da pobreza nos últimos anos. Segundo estimativas do IBGE, o total de “aglomerados subnormais” passou de 6.329 em 323 municípios para 13.151 em 734 cidades entre 2010 e 2019, ou seja, aglomerados dessa natureza mais que dobraram no período.⁴ De estrutura bastante precária, as moradias nessas condições aumentaram de 3,2 milhões para 5,1 milhões ao longo da última década, concentrando-se sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em cidades como Belém e Manaus, a proporção desses domicílios chega a ultrapassar, contudo, mais de 50% do total das unidades habitacionais.

Malgrado o arrefecimento da gravidade da pandemia no país, a crise social e econômica, já iniciada em um momento anterior, segue se agravando. A normalização da presença de uma multidão desempregada, empobrecida e faminta, cada vez mais explícita nas ruas das grandes cidades, evidencia a precariedade do cotidiano de grande parte da população brasileira. Característico do padrão de urbanização brasileiro, o déficit habitacional se amplia pari passu com a pobreza urbana e a consequente multiplicação da população em situação de rua. O número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil passou, segundo dados do IBGE e IPEA, de 92.515 em 2012 para 221.869 no primeiro trimestre de 2020, quando se inicia a pandemia no país. De acordo com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), cerca de meio milhão de brasileiros podem estar morando nas ruas atualmente, dentre os quais se encontram muitas crianças e mulheres. Em diversas cidades brasileiras, é notável a multiplicação de moradores em barracas improvisadas em avenidas, marquises, túneis, viadutos etc. Na cidade de São Paulo, registra-se, com efeito, um aumento exponencial de moradores de rua em situação extremamente precária. O primeiro “Censo da População em Situação de Rua” (PMSP, 2021) realizado na cidade revelou um aumento de 31% das pessoas nessa situação apenas nos últimos dois anos, contingente que passou de 24.344 pessoas em 2019 para 31.884 em 2021. Essas cifras provavelmente se encontram subestimadas, haja vista o aumento contínuo da população em situação de rua na cidade. A paisagem noturna do centro histórico da maior metrópole do país revela a precariedade e provisoriabilidade das chamadas “malocas”, lonas erguidas todas as noites em ruas, escadarias, praças e viadutos da área central, onde se aloja uma população crescentemente empobrecida.

O avanço da metropolização da pobreza no país revela-se ainda no recuo da renda média nas regiões metropolitanas, que atingiu em 2021 o menor nível desde 2012 (Boletim Desigualdade nas Metrópoles,

³ Utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991, o conceito de “aglomerado subnormal” se origina do conceito de favela empregado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Recenseamento Geral de 1950. Entre 2000 e 2010, foram estabelecidos os seguintes critérios para sua definição: tamanho mínimo, ocupação ilegal, urbanização “fora dos padrões” e carência de serviços públicos essenciais. Já em uma formulação de 2019, o IBGE apresenta uma nova definição para a “subnormalidade”, “ao converter a ocupação ilegal na única condição obrigatória para classificar um setor censitário como subnormal” (Catala e Carmo, 2021, p. 4), limitando a compreensão da própria polissemia inerente ao termo.

⁴ Folha de São Paulo (2021, 13 de outubro). *Total de favelas no Brasil em dez anos e 20 milhões estão passando fome.* <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/>

2021). Em 2021, a renda domiciliar per capita do trabalho nas metrópoles brasileiras foi estimada em R\$ 1.326, confirmando a continuidade de um processo de recuo na média de rendimentos desde o início da pandemia. A renda dos 40% mais pobres foi estimada em R\$ 177 nas regiões metropolitanas, apontando, por sua vez, não apenas para um empobrecimento entre os trabalhadores das maiores cidades do país, mas para o aumento da miséria e da fome entre eles. A dificuldade de recuperação da renda do trabalho, aliada ao aumento da inflação e à persistência do endividamento entre os mais pobres, vêm levando, assim, obrigatoriamente a uma diversificação das estratégias de sobrevivência nas cidades.

3. TRANSFORMAÇÕES E ELASTICIDADE DA ECONOMIA POPULAR

Para além da expansão quantitativa, a dimensão atualmente assumida pela pobreza nas cidades brasileiras implica, ao mesmo passo, transformações de natureza qualitativa determinadas pelas dinâmicas recentes da globalização, uma vez que a pobreza atual é uma pobreza da globalização. Conforme propõe Santos (1979), a pobreza é sempre datada e localizada e sua compreensão passa, necessariamente, pelos conceitos de recursos e necessidades que, por sua vez, são também dinâmicos. Assim, a ideia de escassez, inerente à condição de pobreza, implica a compreensão da relatividade não só da disponibilidade, mas do valor dos recursos, conforme o tempo e o lugar considerados.

No período atual, as finanças, juntamente com a técnica, o consumo e a informação, se consolidam como as variáveis chave da globalização, ou ainda, como as variáveis determinantes que conformam o motor da mais nova divisão do trabalho, tornada hoje definitivamente global (Santos, 1996). De acordo com Silveira (2015), agentes hegemônicos impõem hoje certos conteúdos, usos e normas que revelam a natureza determinante das variáveis do período. Esses mesmos agentes têm garantido, ao mesmo passo, a crescente banalização dessas variáveis, tornando-as assim dominantes, haja vista o alcance de sua difusão pelo espaço geográfico. Ainda segundo a autora, ao criar infinitos eventos subordinados, “(...) essas variáveis determinantes do período se tornam dominantes (...) e, portanto, produtoras de uma profusão de formas materiais e imateriais características da modernidade” (Silveira, 2015, p. 248).

Enquanto um período que é, em si mesmo, uma crise (Santos, 2000), a globalização se caracteriza pela produção de uma pobreza estrutural em escala global. Materializada em feições próprias das regiões e das formações socioespaciais, a expansão da pobreza é, por sua vez, sinônimo de expansão do circuito inferior, dado que este abriga não apenas as atividades desenvolvidas com baixos graus de capital, tecnologia e organização, mas a população ligada a esse circuito pelo trabalho e pelo consumo. Neste contexto, a expansão de sua capacidade autoinflacionária (McGee, 1971), ou seja, o alargamento de sua possibilidade de abrigar cada vez mais pessoas no interior da economia popular, representa um dos principais indicadores da expansão do circuito inferior, que cresce e se empobrece ainda mais. Diante do aprofundamento da crise econômica e social em território brasileiro, o circuito inferior da economia urbana assume, conseqüentemente, novas densidades e extensões. Assim, ao mesmo passo em que o circuito superior, graças às modernizações técnicas e organizacionais, se torna cada vez mais poupador de mão-de-obra; o circuito inferior se afirma como o principal provedor de ocupação e renda à população pobre metropolitana. Destarte, o empobrecimento e a multiplicação das formas de trabalho deste circuito nas grandes cidades brasileiras constituem parte do mesmo processo de reprodução estrutural da pobreza no país.

Agravada pelos efeitos da pandemia, a multiplicação recente da pobreza no território brasileiro assimila processos que revelam mudanças qualitativas em sua composição e em suas dinâmicas, corporificando contradições próprias do período atual. Nessa perspectiva, a aceleração da expansão e da banalização das variáveis contemporâneas, característica da atual fase da globalização, se revela, entre outros, no alcance da tecnificação do circuito inferior da economia urbana e da financeirização da pobreza. Se podemos reconhecer a incorporação progressiva de variáveis chave entre os atores não hegemônicos e as transformações resultantes em sua divisão do trabalho há aproximadamente duas décadas em metrópoles como São Paulo (Montenegro, 2014), hoje este processo certamente adquire novas proporções e escalas que, por sua vez, dão lugar a dinâmicas e manifestações renovadas.

Nesta perspectiva, a extraordinária intensificação, rapidez e extensão lograda pela difusão do atual sistema técnico, pelo avanço da plataformização do trabalho, do consumo e da distribuição, assim como pela profusão de serviços, agentes e produtos financeiros, impactam diretamente o conjunto das divisões do trabalho. Daí as profundas e inéditas transformações em curso no circuito inferior da economia urbana em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. O redesenho de seus contornos e a transformação de suas relações com o circuito superior da economia passam, hoje, por processos de natureza diversa, mas interrelacionadas. Se por um lado, dá-se a intensificação de sua tecnificação e de sua inserção nos nexos do denominado “capitalismo de plataforma” (Langley & Leyshon, 2016; Srniceck, 2017), por outro, sua elasticidade incorpora também atividades realizadas com recursos extremamente escassos, desenvolvidas em situações de precariedade crescente.

3.1. Plataformização e tecnificação do circuito inferior

Protagonistas do fenômeno técnico contemporâneo, as novas tecnologias da comunicação e da informação têm exercido, com efeito, um papel central no surgimento da fase mais recente do capitalismo, definida por autores como Srniceck (2017) como “capitalismo de plataforma”. Para Langley e Leyshon (2016), este novo modelo hegemônico tem distintas implicações nas condições de trabalho, nas formas de consumo, distribuição e circulação, assim como na própria conformação das cidades. Transformações recentes na economia urbana apresentam, com efeito, conexões diretas com os imperativos de plataformas controladas por grandes corporações cujo êxito depende, em grande medida, da adesão às formas de trabalho e consumo mediadas por aplicativos. Nessa direção, verifica-se que, dentre as atividades incorporadas à divisão social do trabalho no âmbito do circuito inferior nos últimos anos, destacam-se justamente aquelas viabilizadas pelo uso de aplicativos em telefones celulares, como as de motoristas e entregadores. Grandes grupos internacionais como Uber, Cabify, Loggi e Rappi, entre outras, passaram a oferecer os serviços de transporte, corridas e entregas no Brasil no início dos anos 2010. Desde então, milhares de trabalhadores passaram a trabalhar como motoristas ou entregadores por meio de aplicativos. Dada a importância da categoria para o abastecimento cotidiano no contexto da pandemia, essas atividades conheceram uma expansão ainda maior desde 2020, somando-se, assim, às novas estratégias de sobrevivência adotadas pelos pobres, seja como atividade exclusiva ou complementar.

O cenário de queda da remuneração do trabalho e de desemprego crescente favoreceu, portanto, o aumento da busca por essas formas de trabalho. Estimativas recentes apontam para a existência de 1,4 milhão de trabalhadores entregadores e motoristas de aplicativos no país (IPEA, 2021). Parcela importante da força de trabalho urbana tem passado, assim, a ter suas vidas mediadas por formas contemporâneas de trabalho viabilizadas pelo advento dos aplicativos. Em um mercado supostamente autorregulado, o controle das possibilidades técnicas e normativas pelas grandes corporações permite mobilizar e desmobilizar esses trabalhadores por meio das próprias plataformas de aplicativos. Asseguradas pela conectividade e mobilidade conferida pela universalização de smartphones, renovam-se hoje, as formas de precarização que agravam a incerteza da remuneração e das condições de vida de agentes não hegemônicos em um contexto de empobrecimento. Definidos por algoritmos, a obrigação da performance e o cumprimento de nebulosos protocolos regem o cotidiano desses trabalhadores na cidade.

Conforme sintetizam autores como Abílio (2020) e Antunes (2020), a suposta liberdade de autogerenciamento do trabalhador por aplicativo envolve a supressão do vínculo e direitos trabalhistas, além de qualquer tipo de contrato mais estável entre as empresas e os trabalhadores, os quais devem ainda assumir todos os custos e riscos envolvidos na realização da atividade. A assunção de gastos como combustível, manutenção, seguros, internet e smartphones, somada às elevadas taxas e porcentagens cobradas pelas empresas de aplicativos por corrida ou entrega têm levado, porém, à uma redução do contingente de motoristas por aplicativo desde 2020. Cabe destacar, nesse ponto, o acúmulo da inflação

sobre os combustíveis no país nos últimos meses⁵, que tem onerado especialmente a atividade e levado, inclusive, à desistência da mesma por parcela importante dos motoristas de aplicativo. Em contrapartida, verifica-se, no mesmo período, o crescimento da categoria de entregadores de mercadorias e refeições, cujos custos são inferiores –uma vez que utilizam sobretudo bicicletas e motos para as corridas– e cujas condições de realização da atividade são consideravelmente piores. Diante da ausência de qualquer tipo de renda, aumenta a disposição para a submissão a qualquer condição de trabalho.

A pandemia imprimiu, destarte, maior velocidade e capilaridade a processos já em curso em um momento anterior, haja vista, entre outros, a aceleração da expansão do comércio, serviços e consumo online, oligopolizada, em grande medida, por corporações multisetoriais, como as plataformas de entregas por aplicativos. Por outro lado, implicou também a aceleração do empobrecimento e da precarização da massa trabalhadora, redefinindo os limites do circuito inferior da economia e suas relações junto ao circuito superior da economia urbana. Os serviços de transporte e entregas por aplicativo são controlados hoje por um grupo restrito de empresas do circuito superior da economia que conformam, por sua vez, verdadeiros oligopólios territoriais. A dependência do acesso ao aplicativo enquanto plataforma mediadora entre a oferta do serviço e a demanda é o que autoriza, a potencialização da exploração do trabalho e a expropriação de seus ganhos, haja vista a apropriação pelas empresas detentoras dos aplicativos de elevadas porcentagens⁶ de cada viagem ou entrega realizada pelo trabalhador.

A crescente migração do serviço de entregas para as grandes plataformas vem redefinindo, ao mesmo passo, os crivos de acesso ao mercado para pequenos e médios negócios dos ramos de abastecimento e alimentação. A mediação garantida e oligopolizada pelas plataformas alcança, atualmente, um patamar inédito. Com o avanço da digitalização das demandas, a adesão aos aplicativos de entregas passa a significar, paradoxalmente, a possibilidade de sobrevivência para pequenos negócios e, ao mesmo tempo, mais um canal de drenagem de seus recursos por parte do circuito superior, haja vista as altas taxas cobradas aos estabelecimentos pelo serviço de entrega de refeições solicitados através de aplicativos. Impõem-se, assim, novos elos de subordinação não só aos trabalhadores que aderem às atividades mediadas pelas plataformas de aplicativos, mas também aos pequenos negócios do circuito inferior e superior marginal em relação ao circuito superior (Montenegro, 2020). Nessa direção, cabe destacar como a expansão da topologia de uma empresa como Ifood no território brasileiro – mas também de sua capitalização, número de pedidos e estabelecimentos cadastrados – tem implicado o desaparecimento de pequenas empresas de motoboys e até mesmo de empresas de médio porte regionais do ramo de entregas (Costa & Bezerra, 2022), além da desestruturação de serviços de entregas próprias dos restaurantes. Aprofunda-se, dessa forma, o desenraizamento de rendas locais e regionais em direção aos circuitos financeiros globais.

No que tange à transformação recente das dinâmicas da economia urbana e do meio construído, processos implicados na expansão do serviço de entrega de refeições por aplicativo residem também na propagação das chamadas *dark kitchens*, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte (Bonduki, 2022). Cozinhas comerciais utilizada exclusivamente para operações de *delivery*, esses locais não realizam atendimento e tampouco tem qualquer tipo de identificação da atividade realizada. Seu novo uso reside no compartilhamento desses imóveis por diferentes estabelecimentos, em geral grandes redes do ramo, que aí instalam suas cozinhas industriais. Por um lado, o modelo tem garantido uma redução e divisão dos custos relativos ao meio construído e à mão de obra para as maiores empresas. Por outro, sua expansão pode acelerar o fechamento de pequenos restaurantes locais e lanchonetes de rua que têm sua concorrência ampliada pelo avanço do *delivery* por aplicativo, cujo custo reduzido reside também

⁵ Entre abril de 2021 e abril de 2022, a gasolina acumulou alta de 31,22 %, o etanol de 42,11 %, e o óleo diesel de 53,58 % (IBGE, 2022).

⁶ O custo da “mediação” entre trabalhador e consumidor a ser pago às empresas detentoras das plataformas alcança, em geral, 20 a 25 % das tarefas realizadas (Abílio, 2020).

nos baixos valores pagos aos entregadores. Dependentes da circulação das massas e dos conteúdos dos lugares onde se inserem, os pequenos negócios do ramo se defrontam com essa nova estratégia das plataformas nas maiores cidades brasileiras.

Para além dos serviços, o grau de oligopolização exercido pelas plataformas como espaços de compra virtual vem gerando novas formas de dependência para o pequeno comércio, ao impor barreiras técnicas, organizacionais e financeiras à participação nesses canais. O reverso de uma menor dependência do lugar é a ruptura de solidariedades e complementariedades entre agentes não hegemônicos, rompendo relações horizontais internas ao circuito inferior. Destarte, se em um momento anterior o novo residia na incorporação pelo circuito inferior do sistema técnico difundido pelo circuito superior; hoje essa relação se torna mais complexa, uma vez que corporações globais –como as grandes plataformas digitais de compras e aplicativos de entrega– têm passado a garantir parte da circulação e distribuição da produção dos circuitos inferior e superior marginal.

Sob o capitalismo de plataforma, a emergência de novos arranjos de trabalho tem avançado ainda sobre mercados tradicionalmente pertencentes a pequenos negócios e trabalhadores autônomos. O desenvolvimento de aplicativos por parte de grandes empresas de intermediação para a contratação de serviços de reformas, consertos e reparos, assistência técnica, costura, limpeza doméstica, entre outros, acaba por criar novas interposições técnicas, normativas e financeiras de acesso ao mercado virtual para os agentes menos capitalizados. Frente à crescente digitalização das relações, o “boca a boca” encontra novas formas de concorrência.

O protagonismo alcançado pelo fenômeno técnico e pelas finanças no período atual implica a reprodução dos nexos da plataformização e da financeirização em diferentes escalas (Montenegro & Contel, 2017). Se suas origens são globais, logram redefinir, ao mesmo passo, processos nas escalas das formações socioespaciais e dos lugares. Emanada e controlada a partir de determinados lugares, suas lógicas sujeitam os demais lugares às suas estruturas e determinações (Martin, 2011), renovando constantemente os canais de expropriação e drenagem da poupança popular.

O grau de controle das ações e, por conseguinte, de determinação das dinâmicas da economia urbana ditado pelo controle do sistema técnico contemporâneo, aliado à possibilidade de usufruto do meio construído urbano pelas grandes corporações –a despeito das tentativas de normatização por parte do poder público–, impõem, assim, novos usos ao território. Para Tozi (2022), confirma-se, no período atual, a possibilidade de um uso algorítmico do território. O poder adquirido pelas grandes plataformas de aplicativos no país expressa, nessa direção, como normas empresariais vêm regendo a sociedade e o território (Santos, 1996), ditando, em grande medida, novas hegemonias e suas consequente contradições em meio às transformações recentes da economia urbana.

3.2. Empobrecimento, heterogeneidade e diversificação das estratégias de sobrevivência

O atual crescimento do circuito inferior da economia urbana nas cidades brasileiras e o alargamento de sua capacidade auto-inflacionária (McGee, 1971) abrangem ainda a expansão de outras formas de trabalho e estratégias para fazer frente ao empobrecimento que beira, em muitos casos, a miséria. Como vimos acima, malgrado seu aumento recente, a atividade de motorista de aplicativo tem se tornado crescentemente inviável a trabalhadores empobrecidos, que têm parte significativa de suas rendas do trabalho capturada pelas plataformas. As contra racionalidades daí oriundas podem envolver desde a simples preferência por operações em dinheiro em espécie ao desenvolvimento de aplicativos próprios por parte dos trabalhadores (Montenegro, 2020).

Variável determinante e dominante da fase atual da globalização, o fenômeno técnico conhece, hoje, um grau de difusão inédito. Destarte, a universalização alcançada pelos smartphones combinada à criatividade própria ao circuito inferior tem permitido que pequenos negócios também desenvolvam seus próprios aplicativos para a realização das mais diversas atividades, como corridas e viagens, serviços de entrega de alimentos e refeições para consumo domiciliar, de entregas rápida de bebidas, de beleza, de educação e até mesmo para denúncia de casos de violência. Nesse universo, destacam-se, entre outros,

aplicativos criados pelos próprios trabalhadores para atender demandas locais de deslocamento em comunidades carentes da cidade de São Paulo, mas também de cidades dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Sergipe; onde grupos de motoristas criaram seus próprios aplicativos visando driblar a cobrança pelas plataformas de taxas sobre as corridas realizadas. A difusão alcançada pela técnica contemporânea abriga, assim, a possibilidade de usos distintos desses mesmos sistemas técnicos, conforme vislumbrava Santos (2000). O fenômeno técnico contemporâneo acaba por comporta, em si mesmo, a possibilidade de usos não previstos e baseados nas necessidades concretas dos atores não hegemônicos que buscam, por sua vez, inverter a lógica da drenagem dos recursos locais por parte de grandes corporações globais.

Composto pelas mais diversas atividades desenvolvidas com baixos graus de capital e organização, o circuito inferior atual certamente se tecnifica, porém, também se empobrece. Daí a multiplicação dos agentes envolvidos em formas de trabalho extremamente precárias, como aquelas que integram um circuito inferior de rua. O empobrecimento de parcela importante da população brasileira tem levado, nessa direção, ao crescimento da presença de catadores de material reciclável nas ruas das maiores cidades do país. O preço das carroças usadas por esses trabalhadores subiu consideravelmente desde o início da pandemia, haja vista o crescimento da demanda por esses “veículos” e da inflação de seus materiais. Negociada por cerca de R\$ 700 no centro de São Paulo antes da pandemia, no final de 2021 já era negociada por R\$ 1.300 em oficinas aí localizadas.⁷ Por conseguinte, muitos catadores têm passado a recorrer a carrinhos de supermercado ou mesmo a sacos e sacolas para a coleta de materiais. Integrantes de uma cadeia exploratória de intermediários e repasse, a parcela dos catadores que se encontra nas ruas trabalha em condições bastante precárias e obtêm recursos extremamente baixos.

A expansão das atividades realizadas na rua abrange ainda a multiplicação da presença de vendedores ambulantes nas grandes cidades brasileiras. Expressão típica da economia popular urbana dos países subdesenvolvidos, sua multiplicação mais recente reflete o empobrecimento da população e a conseqüente precarização das atividades desenvolvidas para a sobrevivência. Embora não haja coincidência entre os conceitos de circuito inferior da economia urbana e aquele de setor informal –muitas vezes definido em função da ausência de registros, ou ainda do status legal da atividade– certos indicadores sobre a informalidade nos permitem uma aproximação das dinâmicas de uma parte substantiva do circuito inferior. Cabe destacar, nesse ponto, que aproximadamente 20 milhões de trabalhadores ditos “informais” recorriam aos chamados “bicos”, ocupações temporárias e pontuais com rendas mais baixas e sem necessidade de qualificação, para a sobrevivência no terceiro trimestre de 2021 no país (VAHDAT et al., 2022). Essa multidão de “trabalhadores informais de subsistência” realiza as ocupações as mais diversas, dentre as quais o comércio ambulante de passagem nas vias e em terminais de transporte público, abrigando um número crescente de pessoas que dependem da atividade. Dados do IBGE apontam que 313 mil pessoas teriam passado a atuar como trabalhadores informais no país apenas em 2021. Conforme pontua Zaluar (2000, p.93), a simultaneidade e alternância de ocupações é constante entre os trabalhadores pobres brasileiros, para os quais os “bicos” são essenciais “para ajudar na comida ou comprar um extra”.

Abrigo e fornecedor de ocupação e renda para grande parte da população urbana, o circuito inferior logra assim dilatar sua capacidade auto-inflacionária, ainda que empobrecido. Revela-se aí como, na realidade, o volume de emprego, ou melhor, de ocupação, no circuito inferior é determinado pela oferta de mão-de-obra, e não por sua demanda, como no circuito superior (Missen e Logan, 1977). Nessa perspectiva, Santos afirma que (1978, p. 252), “a extrema divisão do trabalho no circuito inferior constitui, em si mesma, um elemento multiplicador (...). Tudo é pretexto para a invenção de novas fontes de renda”.

A elasticidade de uma divisão social do trabalho definida pela vulnerabilidade se concretiza, como vimos, na paisagem dos centros de cidades como São Paulo, onde é crescente a presença não só de

⁷ Folha de São Paulo (2021, 24 de septiembre). *Preço de carroça para catador de papelão quase dobrou na pandemia.* <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/09/>

ambulantes, mas também de pedintes e da população em situação de rua. Atividades realizadas com recursos extremamente escassos apontam para uma economia urbana da pobreza que se aproxima, em grande medida, dos limiares com a mendicância (Santos, 1978). A conformação desse cenário de empobrecimento e suas implicações no âmbito da psicosfera (Santos, 1996) permitem reconhecer, conforme propõe Cortina (2017) a emergência de uma crescente “aporofobia” entre a população dos grandes centros urbanos, onde o medo e ódio aos pobres se mescla à criminalização da pobreza e de suas formas de trabalho.

A retomada da circulação nas áreas centrais de cidades como São Paulo, diante do arrefecimento da pandemia no país, expressa, ao mesmo passo, novas contradições características da fase atual da globalização para o comércio popular. Por um lado, a expansão do comércio *online* e a diversificação das formas de consumo têm levado à projeção de cenários do “esvaziamento comercial” no espaço físico. Por outro lado, o dinamismo da atividade econômica e os fluxos em áreas centrais revela como o circuito inferior segue dependendo da circulação das massas, ou ainda, como os atores do circuito inferior central seguem dependentes dos efeitos internos e externos das economias de aglomeração aí conformadas.

A multiplicação das pequenas atividades realizadas nas residências em bairros periféricos revela, por sua vez, como agentes com menos recursos para arcar com custos do meio construído desenvolvem estratégias de sobrevivência ancoradas na contiguidade, no boca a boca e no fiado. A possibilidade do exercício de uma solidariedade de natureza mais orgânica (Santos, 1996) tem sua importância potencializada em um contexto de aumento do endividamento e da inadimplência, sobretudo entre as famílias de baixa renda. No início de 2022, estima-se que 77,7 % das famílias brasileiras se encontrassem endividadas, entre as famílias de menor renda o índice alcançava 78,6 % dos lares, dos quais 31,9 % estavam inadimplentes (Pesquisa CNC, 2022).

A redução da renda do trabalho, somada à alta da inflação, tem dificultado não só o pagamento de dívidas e financiamentos, mas gastos básicos cotidianos com a alimentação, o que tem levado essas famílias a recorrer concomitantemente a diferentes formas de crédito, agravando o ciclo de endividamento. O avanço do empobrecimento tem implicado, por sua vez, não só a substituição de certos alimentos por parte das famílias de baixa renda, mas também a adaptação de comércios e mercadinhos nas periferias das maiores cidades brasileiras. Conhecidos como “vencidinhos”, mercados que vendem produtos próximos ao vencimento vêm se popularizando nas periferias das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Os descontos aí praticados dependem do produto e da proximidade da data de validade⁸. A comercialização de itens com preços mais acessíveis abarca ainda carcaças, restos e peles de frios e “feijão fora do tipo”, além daqueles apelidados como “feinhos”, por terem a embalagem danificada. A atual pressão inflacionária sobre os alimentos no país impacta, sobretudo, as famílias mais pobres que vivem nas periferias das grandes cidades. Segundo Zaluar (2000, p. 93), entre essas famílias, “são inúmeros os arranjos internos à unidade doméstica para manter o padrão de vida que separa a miséria da pobreza e afasta o espectro da fome, socializando o esforço de gerar renda entre os vários membros da família”.⁹

Guiado pela necessidade da sobrevivência, o circuito inferior ganha atualmente nova espessura e, ao mesmo passo, torna-se mais heterogêneo. Se, por um lado, o avanço da tecnificação e da financeirização acelera a incorporação das variáveis determinantes do período, aprofundando sua subordinação aos nexos hegemônicos; por outro, esse mesmo circuito se empobrece e recorre a formas de trabalho pretéritas e extremamente precárias. A heterogeneidade inerente à sua divisão social e territorial do trabalho aponta,

⁸ Folha de São Paulo (2022, 24 de março). *Comida cara: produto no vencimento tem até 90% de desconto.* <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/>

⁹ “A comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza. É ela que explica a dieta que conseguem manter. É ela que explica a preocupação constante com a possível falta, e a ginástica efetuada no orçamento doméstico para que se chegue até o fim do mês “com comida dentro de casa”. É ela que explica o constante cuidado com o ‘controle’, e a ‘economia’” (Zaluar, 2000, p. 105).

deste modo, para a diferenciação interna, que lhe é inerente. Pois, embora este circuito se defina pelo baixo grau de capitalização, a escassez de capital se realiza em diferentes níveis, podendo se aproximar, em muitas situações, do limiar com a pobreza extrema. Em certos lugares, o grau de escassez de capital das atividades do circuito inferior é certamente maior do que em outros. E a diversidade de atividades que o compõem no período atual também aponta para esta diferenciação interna.

A heterogeneidade própria ao circuito inferior da globalização se expressa ainda na intensidade de suas relações com as variáveis dominantes do período, cuja densidade varia na escala interurbana e regional, mas também na escala intraurbana. Nas maiores cidades, a concentração de atividades de diferentes ramos de ambos os circuitos leva ao estabelecimento de um maior número de sinapses entre eles e, por conseguinte, a uma maior densidade das relações do circuito inferior com as variáveis do período. Um grande volume de eventos cria, com efeito, uma trama de existências mais complexas, a qual representa, por sua vez, um conjunto de oportunidades extremamente diversas para que os nexos do período sejam incorporados pela economia pobre. Um mercado volumoso e um tecido urbano extenso e complexo implicam, ademais, a presença de um maior número de frações desvalorizadas, assim como uma multiplicidade de áreas de diversidade e de especialização (Silveira, 2004), nas quais as pequenas atividades logram se inserir e resistir.

4. INSURGÊNCIAS COTIDIANAS E O VISLUMBRAR DE OUTROS FUTUROS

O grau de carência que caracteriza o cotidiano de grande parte da população nas cidades brasileiras, agravado pelo novo ciclo de empobrecimento no país, implica a reprodução diária de práticas por parte dos agentes não-hegemônicos para gerir suas próprias vidas. Se, por um lado, estas ações inventadas e recriadas já representam expressões de um “planejamento insurgente” (Friedman, 1998; Miraftab, 2009) em reação aos limites de uma suposta “governança” neoliberal, por outro, representam insumos para a construção de um “planejamento socialmente necessário” (Ribeiro, 2002).

Realizadas nas filigranas do meio construído e da divisão social e territorial do trabalho, as ações da vida cotidiana da maioria, se desdobram nas mais diferentes tentativas de lidar com as carências que marcam o dia a dia da pobreza. Esse mosaico de experiências abriga estratégias de sobrevivência que envolvem não só os mais diferentes tipos de trabalho, mas também experiências de autogestão territorial, soluções habitacionais como organização de ocupações, autoconstrução, mutirões e moradia compartilhada, a conformação de coletivos culturais, entre outros. A manifestação da potência dessas horizontalidades – ancoradas na própria contiguidade da coexistência – se fez especialmente latente na diversidade e multiplicidade de iniciativas de solidariedade surgidas no contexto da pandemia nas periferias das metrópoles brasileiras.

A imprescindibilidade de um *savoir-faire* independente das normatizações se revela, assim, em múltiplos espectros, renovando-se constantemente na condução da vida social e territorial. O imperativo da sobrevivência combinado à criatividade aparece como expressão da “velha conhecida viração popular (...) que ganha agora outras mediações” (Telles & Hirata, 2007, p.178). Surgidas de necessidades existenciais, as mais diversas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pela população de baixa renda multiplicam-se nas cidades brasileiras. Sem obedecer a parâmetros e normatizações gerais –dos quais, na realidade, dificilmente tomam conhecimento (Silveira, 2007)–, toda uma miríade de pequenas atividades garante, todavia, renda e ocupação a milhões de pessoas. Manifesto e inscrito no próprio espaço, o aprofundamento da pobreza e suas formas de sobrevivência avançam, se multiplicam e se capilarizam pelo território brasileiro. Em um movimento contraditório, um circuito inferior empobrecido se torna hoje, ao mesmo passo, ainda mais permeado pela centralidade do fenômeno técnico e pela primazia das finanças e, por conseguinte, ainda mais subordinado a um circuito superior capitaneado por corporações multissetoriais globais.

Malgrado a intensidade do processo de empobrecimento em curso, a formação socioespacial brasileira nos revela a força desse território que pulsa de baixo para cima. O aprofundamento das desigualdades conclama, porém, a uma reação à perversidade sistêmica (Santos, 2000) que se naturaliza e se normaliza

em nossa sociedade. Daí, a urgência da construção de novas utopias no enfrentamento da celeridade das transformações do mundo contemporâneo e de suas desigualdades resultantes. Nesse movimento, conforme asserta Souza Santos (2003), cabe-nos avançar na elaboração de uma sociologia das ausências –que evita o desperdício de experiências já disponíveis e valoriza o *savoir-faire* popular na condução da própria vida–, mas também de uma sociologia das emergências, atentando às experiências latentes que ainda estão por vir.

Na atual fase da globalização, o avanço da oligopolização dos mercados e dos territórios garante a imposição de novos nexos de subordinação aos agentes não-hegemônicos, multiplicando contradições e, ao mesmo passo, as reações possíveis. Para além da valorização de experiências e estratégias de sobrevivência em curso, o vislumbrar de outros futuros possíveis exige, nessa perspectiva, o enfrentamento aos imperativos da mercantilização das diferentes esferas da vida (Santos, 2000; Dardot & Laval, 2016), visto que o que está em jogo é o próprio sentido da vida coletiva nos territórios.



Declaração responsável: A autora declara que não existe conflito de interesses em relação à publicação deste artigo.

5. REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. Editora Boitempo.
- Abílio, L., Almeida, P., Amorim, H., Cardoso, A., Fonseca, V., Kalil, R., & Machado, S. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 3. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>
- Barbosa, R., & Prates, I. (2020). Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP No 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, (69). https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=36187
- Bonduki, N. (2022, 13 de fevereiro). *Dark kitchens, que vieram para ficar, são boas para as cidades? Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2022/02/dark-kitchens-que-vieram-para-ficar-sao-boas-para-as-cidades.shtml>
- Catala, L.S., & Carmo, R.L. (2021). O conceito de aglomerado subnormal do IBGE e a precariedade dos serviços básicos de infraestrutura urbana. *Revista Brasileira de estudos de População*, 38. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0154>
- Cortina, A. (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre*. Editorial Paidós.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre o neoliberalismo*. Editora Boitempo.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2022, 30 de julho). *Salário mínimo nominal e necessário*. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>
- Fundação Getúlio Vargas (2020, 20 de enero). *A Escalada da Desigualdade*. <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/pdf>
- Friedmann, J. (1998). Planning theory revisited. *European Planning Studies*, 6(3), 245-253. <https://doi.org/10.1080/09654319808720459>
- Góes, G., Firmini, A., & Martins, F. (2021). A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA). *Carta de Conjuntura*, (53), Nota de Conjuntura 5. <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/10/a-gig-economy-no-brasil-uma-abordagem-inicial-para-o-setor-de-transporte>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020, 20 de enero). *Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018)*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares>
- Langley, P., & Leyshon, A. (2016). Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. *Finance and Society*. http://financeandsociety.ed.ac.uk/ojs-images/financeandsociety/FS_EarlyView_LangleyLeyshon.pdf
- Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made-USP). (2021, 15 de julio). *Notas de Política Econômica*. <https://madeusp.com.br/>
- Martin, R.L. (2011). The local geographies of the financial crisis: from the housing bubble to economic recession and beyond, *Journal of Economic Geography*, (11), 587-618. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbq024>
- McGee, T. (1971). *The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory*. G. Bell & Sons Ltd.
- Miraftab, F. (2009). Insurgent planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory*, 8(1), 32-50. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1473095208099297>
- Missen, G.I., & Logan, M.I. (1977). National and Local Distribution Systems and Regional Market: the case of Kelantan in West Malaysia. *Antipode*, 9(3), pp. 60-74.
- Montenegro, M. (2014). *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil nas metrópoles brasileiras*. Editora Annablume.
- Montenegro, M. (2020). Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. *Espaço e Economia*, IX(19). <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.17256>
- Montenegro, M., & Contel, F. (2017). Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. *Revista EURE*, 43(130), 115-139. <http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71612017000300115>
- Neri, M. (2011). *A nova classe média. O lado brilhante da base da pirâmide*. Editora Saraiva.
- Oliveira, E. (2009). *Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina* (Doctoral Dissertation, Universidade de São Paulo, Brazil). <https://doi.org/10.11606/T.8.2010.rde-22032010-123528>
- Portal do Comércio (2022, 15 de julio). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – julho de 2022*. <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-julho-de-2022/434855>
- Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Editora Boitempo.
- Prefeitura do Município de São Paulo (2022, 12 de agosto). *Censo da População em Situação de Rua*. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP
- Rede Penssan. (2022). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Fundação Friedrich Ebert. <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>
- Ribeiro, A.C.T. (2002). O ensino do planejamento urbano e regional – propostas à ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 4(1/2). <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p63>
- Rocha, S. (2013). *Série de dados e tabulações. Linhas de pobreza e de indigência*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.
- Santos, M. (1975). *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. M.-Th. Génin, Librairies Techniques.
- Santos, M. (1978). *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Editora Francisco Alves.
- Santos, M. (1979). *Pobreza urbana*. Editora Hucitec.

- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Editora Hucitec.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Editora Record.
- Salata, A. R. & Ribeiro, M. G. (2021). *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles*. Porto Alegre/RS, n. 04. https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wpcontent/uploads/2020/10/BOLETIM_DESI_GUALDADE-NAS-METROPOLES1_01v02.pdf
- Silveira, M.L. (2004). Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. *Cuaderno del CENDES*, Caracas, 21(57), 1-21. http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000300002
- Silveira, M.L. (2007). Metrôpolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. *Revista Eure*, 33(100), 149-164. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612007000300009>
- Silveira, M.L. (2013). Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. *Ciência Geográfica*, XVII(1), 64-71. https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII_1/agb_xvii1_versao_internet/agb_05_jandez2013.pdf
- Silveira, M. L. (2015). Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. *GEOUSP: espaço e tempo*, 19(2), 245-261. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102778>
- Sousa Santos, B. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Editora Boitempo.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Cambridge Polity.
- Telles, V. da S., & Hirata, D. veloso. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21(61), 173-191. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10274>
- Tozi, F. (2020). From cloud to national territory: a periodization of ridesharing platforms in Brazil. *GEOUSP: espaço e tempo*, 24, 487-507. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.168573>
- Vahdat, V.S., Borsari, P.R., Lemos, P.R., Ribeiro, F.F., Benatti, G.S., Cavalcante P. G.F., & Faria, B.G. (2022). *Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução*. <https://retratodotrabalhoinformal.com.br>
- Zaluar, A. (2000). *A máquina e a Revolta*. Editora Brasiliense.